



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS
PROJETO SEGUNDO TEMPO**

ANDRÉA NASCIMENTO EWERTON

(depoimento)

2010

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpando Memórias - Segundo Tempo

Número da entrevista: E-193

Entrevistado: Andréa Nascimento Ewerton

Nascimento: não informado

Local da entrevista: Quality Suítes Congonhas – São Paulo/SP

Entrevistadora: Silvana Vilodre Goellner

Data da entrevista: 09/12/2010

Transcrição: Tuany Defaveri Begossi

Copidesque: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Pesquisa: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Fitas: Gravador digital

Total de gravação: 16 minutos

Páginas Digitadas: 6

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que textual e que a fonte seja mencionada conforme especificação abaixo.

Sumário

Início do envolvimento com o Programa Segundo Tempo: envolvimento com o Ministério do Esporte, instituição das equipes colaboradoras; função dentro do PST; mestrado na área do lazer; surgimento do Programa; desafios e dificuldades do trabalho junto ao PST; processo de capacitação: importância, dificuldades, necessidades; papel do Programa e do Ministério do Esporte nas políticas públicas; perspectivas e contribuições do Segundo Tempo para o próximo ciclo do Programa.

São Paulo, 09 de Dezembro de 2010. Entrevista com Andréa Nascimento Ewerton a cargo da entrevistadora Silvana Vilodre Goellner para o projeto Memórias do Programa Segundo Tempo.

S.G. – Como se deu a tua aproximação com o PST¹? Tu és funcionária do Ministério já desde algum tempo. Então, como que você chegou a atuar junto ao PST?

A.N. – Eu comecei no Ministério em 2003, no início do governo Lula², na Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer. Fui uma das fundadoras e criadoras do PELC³. Em 2008, pedi desligamento porque passei no curso de mestrado. Ai o então secretário da SNEED⁴, o professor Júlio⁵, me convidou para que eu ficasse com uma equipe gestora através do contrato com a FAURGS⁶, como bolsista de pesquisa da FAURGS, para coordenar o trabalho de análise dos relatórios consolidados. Naquele momento, estava se instituindo o papel das Equipes Colaboradoras de acompanhar e monitorar os convênios do PST tendo em vista a grande abrangência do PST no Brasil e a incapacidade estrutural e de pessoal do Ministério de acompanhar mais de perto os convênios. Então, esta experiência das Equipes Colaboradoras que, na minha opinião foi uma grande experiência de gestão, tem se consolidado como uma grande experiência de gestão. Demandou um trabalho de análise do trabalho destas equipes. Então, como estas equipes fazem o processo de acompanhamento *in loco* e registram relatórios desta avaliação *in loco*, depois consolidam essas avaliações no que a gente chama de relatórios consolidados, era necessário construir uma equipe gestora que analisasse esses relatórios consolidados. Então, o meu papel de 2008 até agora é de fazer esta análise dos instrumentos preenchidos pelas equipes colaboradoras para que estes instrumentos possam ser utilizados pela SNEED nos seus processos de recomendação, orientação e de tomada de decisão junto a estes convênios. Este tem sido o meu trabalho.

¹ Programa Segundo Tempo.

² Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

³ Programa de Esporte e Lazer na Cidade.

⁴ Secretaria Nacional de Esporte Educacional.

⁵ Júlio Cesar Monzú Filgueira. Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte no período de maio de 2007 a outubro de 2009.

⁶ Fundação de Apoio a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

S.G. – Teu mestrado em que Andréa?

A.N. – Eu fiz em lazer.

S.G. – Onde você fez?

A.N. – Lá na UFMG⁷.

S.G. – Antes de trabalhar com o PST a convite do Júlio, tu tinhas contato com o Programa, conhecia alguma coisa dele?

A.N. – Sim, sim. Na verdade, mesmo eu estando na Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer, participei nos momentos integrados do Ministério de organização e elaboração do PST. O PST foi criado em 2003, um pouco como bebendo da experiência do governo anterior do Esporte Solidário. O governo, no começo de 2003, viu a necessidade de trabalhar com uma re-significação do processo Esporte Solidário e também num pouco na iniciativa do Esporte na Escola que tinha no governo anterior, no governo FHC⁸. Então, o PST foi se desenhando no início do primeiro semestre de 2003, inclusive, entrou na rubrica orçamentária na implantação do então Esporte Solidário, Esporte na Escola, e se desenhou como um Programa destinado a ser a política de esporte educacional do Governo Federal. E participei mesmo da outra Secretaria, nos momentos de integração do processo de evolução deste Programa. De começo, este Programa veio então se consolidando, se reestruturando, dialogando com as produções acadêmicas na área do esporte educacional, dialogando com as experiências municipais e estaduais na área do esporte educacional e foi se redesenhando. Hoje, não tenho a menor dúvida de dizer que, se você for ver o PST em 2003 e hoje, o PST tem uma mudança significativa, não só na concepção, na conceituação, mas também na forma de gestão.

S.G. – Andréa, dentro deste processo que você faz, deste acompanhamento que é minucioso, que dá uma demanda de trabalho, quais são os maiores desafios que hoje você enfrenta nessa função de trabalhar com os relatórios de consolidados?

⁷ Universidade Federal de Minas Gerais.

⁸ Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

A.N. – A parceria com as universidades e as Equipes Colaboradoras é fantástica. Agora, a experiência da academia tem uma lógica e um tempo diferenciado da experiência de gestão. Então, a grande dificuldade que acho que hoje a gente vem superando, é o olhar acadêmico àquela experiência de gestão, e o tempo da academia também diferente do tempo da gestão. Então, tanto o olhar como o tempo tem sido o nosso grande desafio, como fazer com que esses professores, mestres e doutores, que estão produzindo conhecimento no espaço acadêmico, consigam vislumbrar um processo de implementação desta política pública. Então, tem algumas coisas - não digo que são contradições ou divergências -, mas olhares diferenciados que para que a gente possa integrar este trabalho de acompanhamento pedagógico e administrativo. No mínimo, eles vão fazer ajustes, nivelamentos destes olhares. Então, eu acho que o grande desafio que se apontou era isso: como fazer então estas pessoas do interior da academia, deste espaço acadêmico, poderem interpretar, analisar as experiências de gestão de uma política pública. Eu acho que este foi o primeiro grande desafio, e como colocar o conhecimento produzido na academia à disposição da qualificação desta gestão pública. Esta foi a grande sacada. Aí tem limites históricos a serem vencidos do distanciamento, da crítica do distanciamento e que eu acho que esta é mais uma contribuição do advento das equipes colaboradoras: colocar este distanciamento para ser problematizado e ser superado. Então, eu acho que o tempo e o olhar acadêmico foram os grandes desafios a serem enfrentados no início deste processo.

S.G. – E nesse processo de 2007 para cá você acha que avançou neste sentido?

A.N. – Muito.

S.G. – As capacitações foram importantes?

A.N. – Muito. Até também o advento das Equipes Colaboradoras trouxe uma re-significação para o processo de capacitação do Segundo Tempo. Ele tinha um desenho inicial que era outro. O Segundo Tempo já viveu uma experiência de capacitação e uma parceria com a UNB⁹ que era uma capacitação num nível de especialização. Partia do pressuposto que os que trabalhavam eram na sua integridade graduados para fazer a pós-graduação e este foi o primeiro embate. Nós verificamos que na realidade do esporte no

⁹ Universidade de Brasília.

Brasil não é nos cantos, nos diversos cantos, um graduado que a gente tem trabalhado. Portanto, uma proposta de formação que só pensasse num nível de pós-graduação não daria conta. Como não deu e foi se fazendo outro. Quer dizer, apesar de uma experiência rica que possibilitou significativos produtos, mas foi verificado que não dialogava com o contexto que o Brasil vivia, e aí foi espelhado, experienciado outra parceria com o Instituto Ayrton Senna, que também trouxe uma certa contribuição. Mas não tenho dúvida de dizer que para a qualificação da política pública, hoje a proposta de capacitação que passou por estas experiências e dialogou com a experiência na ponta, foi também se qualificando a partir do advento das equipes colaboradoras. Porque aí fizeram de forma mais descentralizada e presencial a capacitação, porque eles, coordenadores de lucro... Hoje, o desafio é como chegar na ponta, nos monitores, e aí têm se experienciado, feito as experiências de educação à distância, experiência à distância. E o próprio relato aqui da monitora¹⁰ nos aclamava isso, porque nem sempre este sentido da multiplicação consegue ter o êxito necessário. Então, você vê o que a gente faz na capacitação dos coordenadores de núcleo e tem a expectativa de que isso chegue desta forma nos monitores. Nós temos tido relatos que não tem chegado. Então, o alcance das diretrizes, da concepção do Programa lá na operacionalização da ponta, tem nos apontado o desafio de chegar nos monitores.

S.G. – Que talvez seja o grande desafio deste segundo ciclo.

A.N. – Com certeza.

S.G. – O problema consolidou. Agora as estratégias de como se chega lá na ponta.

A.N. – É, e o diálogo da capacitação com a prática cotidiana, e aí tem tudo a ver com o processo de acompanhamento e monitoramento, não dá para distanciar. Uma coisa é fazer a capacitação e outra é acompanhar e monitorar. Estes processos precisam estar integrados, precisam ter pressupostos comuns, para que consiga ter um efeito de fato significativo no atendimento à população, se não o que você fala na capacitação fica instituído como um evento, um momento em que se aprofundou determinado conteúdo, sem que no

¹⁰ Referência a palestra de Dayse Cassia Alves Medeiros no Encontro de Anuas das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo, realizado nos dias 09 e 10 de dezembro de 2010 em São Paulo.

acompanhamento você tivesse... Até que ponto este conteúdo que se aprofundou num evento está sendo materializado aqui, e se não está, o que impede para que esteja? E isso só se consegue ver no acompanhamento, no monitoramento. A capacitação não tem a capacidade de perceber isso. Portanto, também se faz indispensável o estímulo à formação em serviço. Acho que esta é outra necessidade de aprimoramento. Necessidade do aprimoramento da formação em serviço, que também eu aponto como grande desafio para este próximo ciclo.

S.G. – E qual a importância que tu vê do PST na política pública brasileira?

A.N. – Eu estenderia esta reflexão para falar inclusive do papel do Ministério do Esporte nas políticas públicas. Eu digo que a instituição e a criação do Ministério trouxe as políticas públicas de esporte e lazer, entendendo aí a ação das outras secretarias para a agenda política. Hoje, nós podemos dizer que o esporte e o lazer fazem parte da agenda de política pública do país e que, com todos os limites e com todas as críticas que a gente pode analisar e receber de forma construtiva à atuação do ministério, é ímpar dizer que foi o Ministério do Esporte que trouxe a capacidade institucional do esporte ser tratado como uma política pública. Daí, passar da direção de política pública de governo à política pública de estado, eu acho que ainda é um desafio. A falta de vinculação orçamentária, a falta de regulamentação das legislações já implementadas, e aí eu penso que também é um desafio a vencer, mas que só se aponta como um desafio a vencer pelo que já foi feito até aqui. Não só a instituição do Ministério, mas o que ele veio representando. Ele veio representando a ampliação do financiamento para o setor. Ele veio trazendo também consigo a implementação de programas que tenham a dimensão de ser fomento à concepção, e eu não tenho dúvida que o Segundo Tempo, mesmo nos locais onde ele não é implementado como programa Segundo Tempo, assim como o Esporte e Lazer na cidade, quando não é implementado como Programa Esporte na minha cidade, eles têm servido nas experiências locais como diretriz como construção daquela política pública. Então, eu acho que este é o papel fundamental. Porque não tendo hoje um financiamento que dê conta de universalizar, não tendo hoje uma vinculação orçamentária, podemos dizer que o que se vai gastar no Estado de São Paulo está pré-definido por lei. Não está! Vai depender do gestor local, da sensibilidade da gestão local e da intencionalidade de gestão local. Então, enquanto esta vinculação não for conquistada pela área do esporte e lazer, nós vamos viver

problemas significativos. Um modelo de conveniamento, os impedimentos burocráticos para a implementação de algumas iniciativas. Mas eu acho que, para além disso, o Ministério já deixa a concepção, o fomento para produção destas políticas públicas nos estados e nos municípios. Eu acho que isso é a grande contribuição. Se conseguirmos universalizar o Segundo Tempo, ou os demais programas do Ministério, é significativo. Mas se conseguirmos universalizar a concepção de fazer política pública, as orientações de gestão para a implementação destas políticas públicas, eu acho que já significa uma contribuição inédita para o esporte e lazer no país.

S.G. – Andréa, este depoimento vai ficar um registro de memória do Programa. O que tu gostarias afinal de dizer sobre o Programa? Tem mais alguma coisa que tu gostarias de deixar registrado para as futuras gerações sobre a tua atuação sobre o Programa?

A.N. – Eu penso que o Programa Segundo tempo teve a preocupação com o que a gente pode dizer que são as matrizes da política pública. Ele teve a preocupação de pensar numa política de recursos humanos e formação. Então, para a sua consolidação, ele precisa continuar aprofundando a política de recursos humanos e de formação. Ele pensou numa política de espaços, não de construção de novos espaços, mas de re-significação dos espaços. O Programa Segundo Tempo não poderia chegar apenas onde já tivesse a quadra em boas condições a ser utilizadas. Ele precisa chegar aonde não tivesse esta quadra para inclusive difundir a necessidade daquela quadra. Então, re-significar os olhares dos espaços é fundamental. O Programa Segundo Tempo deixa como contribuição também para o seu aprimoramento, uma concepção de gestão que pensa que o papel das esferas e das entidades precisam estar muito bem definidos, o papel das organizações não governamentais, o papel do estado, o papel dos municípios, e o papel da União na implementação destas políticas. E deixa que, na definição dos papéis, o diálogo com elas. Portanto, a construção de sistemas informatizados que deixem este registro de forma mais clara, mais objetiva, é uma grande contribuição. Podemos, dizer que esta gestão encerrando, deixa sistematizado, organizado, dados para a análise, para pesquisas. Deixa organizado dados para a organização do Programa. Deixa sistematizados os dados para a reformulação inclusive necessária no processo de continuidade do Programa, e isso só é permitido porque o Programa teve o cuidado de pensar na sua gestão democrática, participativa, e com controle social na sua política de recursos humanos e formação, na sua

re-significação dos espaços e estruturas necessárias e, por fim, no financiamento. Se você for ver o que se gastava no esporte educacional no início do Ministério do Esporte e o que se gasta hoje, tem saltos significativos também. Então, é necessário pensar na ampliação e na política de financiamento. Acho que estas são as contribuições que o Segundo Tempo deixa para o próximo ciclo de consolidação. E, sem dúvida nenhuma, a contribuição que deixa para a área da Educação Física, do Esporte e Lazer, não só na produção de conhecimento, como também nas experiências de políticas públicas espalhadas pelo Brasil.

[FINAL DO DEPOIMENTO]